



Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

CNPJ/MF 12.802.844/0001-35

Inscrição Estadual 20.240.975-9

Subsidiária Integral da Copel Geração e Transmissão S.A.

Fazenda Vera Cruz, Zona Rural,

Parazinho - RN

CEP 59586-000

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO E DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2015

SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
Balancos Patrimoniais	6
Demonstrações de Resultados	7
Demonstrações de Resultados Abrangentes	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Demonstrações do Valor Adicionado	10
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	11
1 Contexto Operacional	11
2 Base de Preparação	11
3 Principais Políticas Contábeis	12
4 Caixa e Equivalentes de Caixa	14
5 Clientes	15
6 Transações com Partes Relacionadas	15
7 Imobilizado	16
8 Fornecedores	16
9 Debêntures	16
10 Patrimônio Líquido	17
11 Receita Operacional Líquida	17
12 Custos e Despesas Operacionais	18
13 Resultado Financeiro	18
14 Imposto de Renda e Contribuição Social	19
15 Instrumentos Financeiros	19
16 Provisões para Demandas Judiciais	21
17 Seguros	22
RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	23
PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	25

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

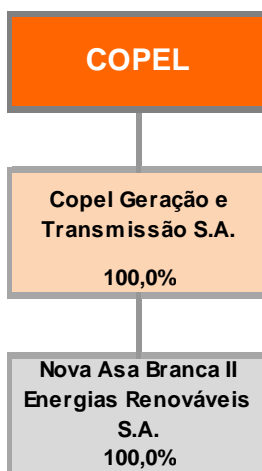
AOS ACIONISTAS

A administração da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., Sociedade de Propósito Específico - SPE, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. (Copel GET), em atendimento às disposições legais e estatutárias pertinentes, apresenta o relatório da administração e as demonstrações financeiras da Companhia relativos ao exercício de 2015, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e informa que a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, a quem a Diretoria terá o prazer de prestar esclarecimentos adicionais, se necessários.

A COMPANHIA

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Asa Branca II), inscrita no CNPJ/MF sob o nº 12.802.844/0001-35, com endereço na Fazenda Vera Cruz s/n, Estrada da Lagoa, Zona Rural, Parazinho - RN, CEP 59.585-000, foi constituída, nos termos de seu Estatuto Social, como SPE, em 15.10.2010.

Asa Branca II é subsidiária integral da Copel GET, que por sua vez é subsidiária integral da Companhia Paranaense de Energia (Copel), conforme ilustrado no organograma societário de 31.12.2015 que se segue.



Asa Branca II sagrou-se vencedora no 2º Leilão de Energia Proveniente de Fonte Alternativas de Geração, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - Aneel, realizado em 26.08.2010, conforme o Edital de Leilão nº 07/2010-Aneel.

Asa Branca II é detentora de outorga de autorização, nos termos da Portaria MME nº 333, de 27.05.2011, para estabelecer-se como Produtor Independente de Energia Elétrica - PIE, mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Asa Branca II, constituída de 10 Unidades Geradoras de 2.700 kW, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada e 14.300 kW médios de garantia física de energia, localizada no Município de Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte.

A energia de Asa Branca II foi comercializada por meio de Contratos de Comercialização de Energia em

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.



Ambiente Regulado - CCEARs, por 20 anos a partir de 1º.03.2015, ao preço médio de R\$ 135,40/MWh, data-base abril de 2010, atualizado anualmente pelo IPCA.

As unidades geradoras de Asa Branca II entraram em operação comercial em 15.09.2015 e 21.10.2015, conforme disposto nos Despachos Aneel nº 3.214, de 14.09.2015 e nº 3.517, de 20.10.2015.

DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em R\$ mil (exceto quando indicado de outra forma)	2015	2014	variação %
Indicadores Contábeis			
Ativo total	109.411	81.933	33,5
Caixa e equivalentes de caixa	2.059	44.043	(95,3)
Dívida total	58.474	61.511	(4,9)
Dívida líquida	56.415	17.468	223,0
Deduções da receita	716	-	-
Receita operacional líquida	18.898	-	-
Custos e despesas operacionais	24.334	87	27.870,1
Resultado das atividades	(5.436)	(87)	6.148,3
EBITDA ou LAJIDA	(3.979)	(87)	4.473,6
Resultado financeiro	(1.812)	3.259	(155,6)
IRPJ/CSLL	1.357	1.117	21,5
Lucro/Prejuízo operacional	(7.248)	3.172	(328,5)
Lucro líquido/Prejuízo do exercício	(8.605)	2.055	(518,7)
Patrimônio líquido	13.755	8.763	57,0
Indicadores Econômico-Financeiros			
Liquidez corrente (índice)	0,1	0,7	(89,1)
Liquidez geral (índice)	0,1	0,6	(90,1)
Margem do EBITDA ou LAJIDA (%)	(21,1)	-	-
Dívida sobre o patrimônio líquido (%)	425,1	701,9	(39,4)
Margem operacional (lucro operacional/receita operacional líquida) (%)	(38,4)	-	-
Margem líquida (lucro líquido/receita operacional líquida) (%)	(45,5)	-	-
Participação de capital de terceiros (%)	87,4	89,3	(2,1)

Finalmente, queremos deixar consignados nossos agradecimentos aos acionistas, funcionários, colaboradores, seguradoras, usuários, agentes financeiros e do Setor Elétrico e a todos que direta ou indiretamente colaboraram para o êxito das atividades da Companhia.

Curitiba, 30 de março de 2016

Dilcemar de Paiva Mendes

Diretor Presidente

COMPOSIÇÃO DOS GRUPOS RESPONSÁVEIS PELA GOVERNANÇA

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente SERGIO LUIZ LAMY
Membros NICOLE DOMAKOSKI
ROBERTO CAMBUÍ

CONSELHO FISCAL

Presidente NILSON SCHEFLER
Membros ARTUR FELIPE FISCHER PESSUTI
ANA CLARA MORRISSY JOHNSON

DIRETORIA

Diretor Presidente DILCEMAR DE PAIVA MENDES
Diretor de Gestão PEDRO DOS SANTOS LIMA GUERRA
Diretor de Finanças NILTON MORETTI DOS SANTOS

CONTADOR

CRC-PR-048673/O-6 ADEMILSON RODRIGUES DOS SANTOS

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Balancos Patrimoniais

levantados em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

ATIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Caixa e equivalentes de caixa	4	2.059	44.043
Clientes	5	2.867	-
Adiantamento a fornecedores		941	-
Imposto de renda e contribuição social		-	517
Despesas antecipadas		-	23
		5.867	44.583
NÃO CIRCULANTE			
Realizável a Longo Prazo			
Partes relacionadas	6	4	570
		4	570
Imobilizado	7	103.540	36.780
		103.544	37.350
TOTAL DO ATIVO		109.411	81.933

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

PASSIVO	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	1.282	-
Fornecedores	8	14.992	372
Imposto de renda e contribuição social		186	-
Outras obrigações fiscais		159	12
Debêntures	9	58.474	61.511
Dividendos a pagar	6	157	157
		75.250	62.052
NÃO CIRCULANTE			
Partes relacionadas	6	20.343	10.247
Imposto de renda e contribuição social diferidos		5	813
Outras contas a pagar		58	58
		20.406	11.118
PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Capital social	10.1	20.865	7.268
Reserva legal		-	83
Reserva de retenção de lucros		-	1.412
Prejuízos acumulados		(7.110)	-
		13.755	8.763
TOTAL DO PASSIVO		109.411	81.933

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

	NE nº	31.12.2015	31.12.2014
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	11	18.898	-
Custos Operacionais	12	(22.857)	-
PREJUÍZO OPERACIONAL BRUTO		(3.959)	-
Despesas Operacionais			
Despesas gerais e administrativas	12	(1.477)	(87)
		(1.477)	(87)
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(5.436)	(87)
Resultado Financeiro	13		
Receitas financeiras		2.347	3.352
Despesas financeiras		(4.159)	(93)
		(1.812)	3.259
LUCRO (PREJUÍZO) OPERACIONAL		(7.248)	3.172
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	14		
Imposto de renda e contribuição social		(2.165)	(304)
Imposto de renda e contribuição social diferidos		808	(813)
		(1.357)	(1.117)
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO		(8.605)	2.055

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações de Resultados Abrangentes

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

	31.12.2015	31.12.2014
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(8.605)	2.055
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	(8.605)	2.055

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

	Capital social	Adiantamento para futuro aumento de capital	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2014	6.425	-	-	-	(403)	6.022
Aumento de capital	843	-	-	-	-	843
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	2.055	2.055
Destinação proposta à A.G.O.:						
Reserva legal	-	-	83	-	(83)	-
Dividendos	-	-	-	-	(157)	(157)
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	1.412	(1.412)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	7.268	-	83	1.412	-	8.763
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	13.597	-	-	-	13.597
Aumento de capital	13.597	(13.597)	-	-	-	-
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.605)	(8.605)
Absorção de prejuízo	-	-	(83)	(1.412)	1.495	-
Saldo em 31 de dezembro de 2015	20.865	-	-	-	(7.110)	13.755

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa
 para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
 em milhares de reais

	31.12.2015	31.12.2014
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(8.605)	2.055
Ajustes para a reconciliação do lucro líquido (prejuízo) do exercício com a geração (utilização) de caixa das atividades operacionais		
Variações monetárias não realizadas - líquidas	8.345	-
Imposto de renda e contribuição social	2.165	304
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(808)	813
Depreciação e amortização	1.457	-
	2.554	3.172
Redução (aumento) dos ativos		
Clientes	(2.867)	-
Imposto de renda e contribuição social	517	(510)
Despesas antecipadas	23	68
Aumento (redução) dos passivos		
Fornecedores	14.620	(2.843)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.979)	(304)
Outras obrigações fiscais	147	(55)
Encargos de empréstimos e financiamentos pagos	-	(1.420)
Encargos de debêntures pagos	(11.382)	-
Outras contas a pagar	-	(53)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (UTILIZADO) PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	1.633	(1.945)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimento de créditos concedidos a partes relacionadas	566	-
Aquisições de imobilizado	(69.158)	(14.366)
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	(68.592)	(14.366)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos de debêntures emitidas	-	58.000
Ingressos de obrigações com partes relacionadas	17.975	-
Recebimento de adiantamento para futuro aumento de capital	7.000	-
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-	(22.000)
CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	24.975	36.000
TOTAL DOS EFEITOS NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(41.984)	19.689
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	44.043	24.354
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	2.059	44.043
VARIAÇÃO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(41.984)	19.689

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações do Valor Adicionado
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014
em milhares de reais

VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	31.12.2015	31.12.2014
Receitas		
Venda de energia e outros serviços	19.614	-
	19.614	-
(-) Insumos adquiridos de terceiros		
Energia elétrica comprada para revenda	20.046	-
Encargos de uso da rede elétrica	1.132	-
Material, insumos e serviços de terceiros	303	51
Outros insumos	143	32
	21.624	83
(=) VALOR ADICIONADO BRUTO	(2.010)	(83)
(-) Depreciação e amortização	1.457	-
(=) VALOR ADICIONADO LÍQUIDO	(3.467)	(83)
(+) Valor adicionado transferido		
Receitas financeiras	2.347	3.352
	2.347	3.352
	(1.120)	3.269

DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	31.12.2015	%	31.12.2014	%
Pessoal				
Remunerações e honorários	686		-	
Planos previdenciário e assistencial	115		-	
Auxílio alimentação e educação	47		-	
Encargos sociais - FGTS	47		-	
Indenizações trabalhistas	11		-	
Participação nos lucros e/ou resultados	23		-	
	929	(82,9)	-	-
Governo				
Federal	2.243		1.117	
Estadual	13		-	
Municipal	22		-	
	2.278	(203,4)	1.117	34,2
Terceiros				
Juros	4.146		93	
Arrendamentos e aluguéis	132		4	
	4.278	(382,0)	97	3,0
Acionistas				
Lucros (prejuízos) retidos na empresa	(8.605)		2.055	
	(8.605)	768,3	2.055	62,8
	(1.120)	100,0	3.269	100,0

As notas explicativas - NE são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014

em milhares de reais

1 Contexto Operacional

A Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (Companhia) com sede na Fazenda Vera Cruz, Zona Rural, Parazinho, Estado do Rio Grande do Norte, constituída em 15.10.2010, é uma sociedade anônima, de capital fechado, subsidiária integral da Copel Geração e Transmissão S.A. Tem como objeto social a exploração da Central Geradora Eólica EOL Asa Branca II, a produção e comercialização de energia elétrica a partir de fonte eólica e a aquisição dos equipamentos, bens e serviços necessários para tal desiderato.

A Central Geradora Eólica EOL Asa Branca II é constituída de dez unidades geradoras de 2,7 MW, totalizando 27,0 MW de capacidade instalada e 12,8 MW médios de garantia física de energia.

Em 09.12.2011, a Companhia firmou Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR na modalidade de disponibilidade de energia elétrica com as distribuidoras participantes do certame. Pelos referidos contratos, a Companhia se compromete a vender a totalidade de sua energia gerada pelo prazo de 20 anos a contar da data de entrada em operação, ao preço de R\$ 135,40/MWh, atualizados anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo - IPCA.

A entrada em operação comercial da Central Geradora Eólica EOL Asa Branca II foi em outubro de 2015 e a data de vencimento da autorização é 30.05.2046.

2 Base de Preparação

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras da Companhia foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (*International Financial Reporting Standards - IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB* e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP), que compreendem os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 30.03.2016.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto para instrumentos financeiros mensurados aos valores justos por meio do resultado.

2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas da Companhia. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

2.4.1 Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas na NE nº 3.3 - Redução ao valor recuperável de ativos.

2.4.2 Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no próximo exercício financeiro, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- NEs nºs 3.1 e 15 - Instrumentos financeiros; e
- NEs nºs 3.2 e 7 - Imobilizado.

3 Principais Políticas Contábeis

3.1 Instrumentos financeiros

Ativos Financeiros

3.1.1 Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento financeiro é assim classificado se for designado como mantido para negociação no seu reconhecimento inicial e se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo, de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco. Após o reconhecimento inicial, os custos de transação e os juros atribuíveis, quando incorridos, são reconhecidos no resultado.

Passivos Financeiros

3.1.2 Outros passivos financeiros

Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e debêntures) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Esse método também é utilizado para alocar a despesa de juros desses passivos pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos), ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

3.1.3 Baixas de passivos financeiros

Os passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações são extintas, canceladas ou liquidadas. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

3.2 Imobilizado

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, incluindo gastos de aquisição que são atribuíveis ao ativo.

3.3 Redução ao valor recuperável de ativos

Os ativos são avaliados anualmente para identificar evidências de perdas não recuperáveis ou, ainda, sempre que eventos ou alterações significativas nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável, definido pelo maior valor entre o valor em uso do ativo e o valor de preço líquido de venda do ativo, esta é reconhecida no resultado do exercício.

3.4 Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou constituída) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja mais provável que sim do que não ocorrer.

As estimativas de desfechos e de efeitos financeiros são determinadas pelo julgamento da Administração da Companhia, complementados pela experiência de transações semelhantes e, em alguns casos, por relatórios de peritos independentes.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

3.5 Apuração do resultado

As receitas, custos e despesas são reconhecidos pelo regime de competência, ou seja, quando os produtos são entregues e os serviços efetivamente prestados, independentemente de recebimento ou pagamento.

A Receita não faturada corresponde a estimativa com base nos preços e montantes contratados e a estimativa na liquidação da energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia.

3.6 Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social foram apurados pelo “Lucro Presumido”. O imposto de renda presumido é calculado mediante a aplicação da alíquota de 15% sobre o percentual de 8% da receita bruta de venda de energia (produto), acrescido do adicional de 10% para os lucros que excederem a R\$ 240 no período de 12 meses e a contribuição social é calculada mediante a aplicação da alíquota de 9% sobre o percentual de 12% da receita bruta de venda de energia (produto).

O imposto de renda e a contribuição social, calculados pelas alíquotas de 15% e de 9%, respectivamente, também incidem sobre as receitas financeiras auferidas nos resgates de aplicações financeiras, deduzidos os tributos incidentes (IOF).

As receitas são reconhecidas pelo regime de competência. Sobre a receita financeira provisionada são reconhecidos o imposto de renda e a contribuição social diferidos.

3.7 Normas novas, alterações e interpretações que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas, alterações e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º.01.2015 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras.

Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia são IFRS 9 - Instrumentos financeiros e IFRS 15 - Receita de contratos com clientes. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

4 Caixa e Equivalentes de Caixa

	31.12.2015	31.12.2014
Caixa e bancos conta movimento	9	100
Aplicações financeiras de liquidez imediata	2.050	43.943
	2.059	44.043

Compreendem numerários em espécie, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras de curto prazo com alta liquidez, que possam ser resgatadas no prazo de 90 dias da data de contratação em caixa. Essas aplicações financeiras estão demonstradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data de encerramento do exercício e com risco insignificante de mudança de valor.

As aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósitos Bancários - CDBs e a operações compromissadas, que se caracterizam pela venda de título com o compromisso, por parte do vendedor (Banco), de recomprá-lo, e do comprador, de revendê-lo no futuro. As aplicações são remuneradas, em média, à taxa da variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

5 Clientes

	31.12.2015
Suprimento faturado	340
Suprimento não faturado	2.527
	2.867

6 Transações com Partes Relacionadas

Parte Relacionada / Natureza da operação	31.12.2015	31.12.2014
Entidades sob controle comum		
Ativo não circulante - Nova Asa Branca III Energias Renováveis S.A. (a)	4	570
Passivo circulante - Copel Renováveis S.A. (b)	1.282	-
Passivo não circulante - Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (c)	3.430	-
- Santa Maria Energias Renováveis S.A. (a)	3.650	3.650
- Santa Maria Energias Renováveis S.A. (d)	5.334	-
- Ventos de Santo Uriel S.A. (e)	7.929	-
Controladora - Copel		
Passivo circulante - Dividendos	157	157
Passivo não circulante - Adiantamento para futuro aumento de capital	-	6.597

- a) Saldos decorrentes de operações entre entidades sob controle comum, referentes aos custos incorridos na fase de construção.
- b) Em 2015, a Companhia registrou gastos com atividades corporativas concentradas na Copel Renováveis S.A., entidade sob controle comum, referentes a pessoal, materiais, serviços e outros, conforme contrato de compartilhamento assinado entre as partes.
- c) Em 09.12.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Nova Asa Branca I Energias Renováveis S.A. (mutuante) e a Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (mutuária), no valor de R\$ 3.370, com prazo de 2 anos e remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescido de um spread de 1,45%, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2015, foi registrada despesa financeira no valor de R\$ 43. O mútuo foi quitado em 29.01.2016.
- d) Em 30.09.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Santa Maria Energias Renováveis S.A. (mutuante) e a Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (mutuária), no valor de R\$ 5.000, com prazo de 2 anos e remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescido de um spread de 1,45%, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2015, foi registrada despesa financeira no valor de R\$ 286. O mútuo foi quitado em 29.01.2016.

- e) Em 30.09.2015, foi assinado contrato de mútuo entre a Ventos de Santo Uriel S.A. (mutuante) e a Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (mutuária), no valor de R\$ 7.500, com prazo de 2 anos e remuneração de 100% das taxas médias diárias dos Depósitos Interfinanceiros - DI, acrescido de um spread de 1,45%, com o objetivo de proporcionar capital de giro para o financiamento das atividades e negócios da mutuária. Em 2015, foi registrada despesa financeira no valor de R\$ 366. O mútuo foi quitado em 29.01.2016.
- f) A Copel é a interveniente garantidora das debêntures emitidas pela Companhia, conforme NE nº 9.

7 Imobilizado

	Saldo em 1º.01.2014	Adições	Transferências	Saldo em 31.12.2014	Adições	Depreciação	Transferências	Saldo em 31.12.2015
Em serviço								
Edificações, Obras Civas e Benfeitorias	-	-	-	-	-	(162)	11.592	11.430
Máquinas e Equipamentos	-	-	-	-	-	(1.295)	93.405	92.110
	-	-	-	-	-	(1.457)	104.997	103.540
Em curso								
Adiantamento a fornecedores (a)	11.249	11.575	(5.031)	17.793	(16.852)	-	(941)	-
Obras em andamento	2.584	11.372	5.031	18.987	86.010	-	(104.997)	-
	13.833	22.947	-	36.780	69.158	-	(105.938)	-

(a) O saldo remanescente foi transferido para o ativo circulante em 2015.

Os custos de debêntures capitalizados no imobilizado durante o ano de 2015 totalizaram R\$ 5.379, à taxa média de 8,86% a.a. (R\$ 3.511, à taxa média de 6,05% a.a., em 2014).

A Administração da Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de provisão para recuperabilidade de ativos em 2015 e em 2014.

8 Fornecedores

O saldo com fornecedores refere-se a compra de materiais e serviços contratados para a construção do parque eólico.

9 Debêntures

Emissão	Data da emissão	Nº de parcelas	Vencimento	Encargos financeiros a.a. (juros)	Valor do contrato	31.12.2015	31.12.2014
			final				
1ª	10.06.2014	1	10.12.2016	100% CDI + Spread 1,45% a.a.	58.000	58.474	61.511

Características:

O valor unitário das debêntures não é atualizado monetariamente.

Debêntures simples, série única, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, para distribuição pública com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476. Foram emitidos títulos com valor unitário de R\$ 10.

Encargos financeiros: Juros pagos semestralmente em junho e dezembro.

Destinação: Resgate de notas promissórias e investimento nos parques eólicos.

Garantias: Fidejussória.

Interveniente garantidora: Companhia Paranaense de Energia

Agente fiduciário: Pentágono S.A. DTVM.

9.1.1 Mutação das debêntures

Em 1º.01.2014	-
Ingressos	58.000
Encargos	3.511
Em 31.12.2014	61.511
Encargos	8.345
Pagamento - encargos	(11.382)
Em 31.12.2015	58.474

9.2 Cláusulas contratuais restritivas

As debêntures foram emitidas com cláusulas que requerem a manutenção de determinados índices econômico-financeiros dentro de parâmetros pré-estabelecidos, com exigibilidade de cumprimento anual, bem como outras condições a serem observadas, tais como: não alterar a participação acionária da Companhia no capital social, que represente alteração de controle sem a prévia anuência dos debenturistas; e não realizar, distribuição de dividendos ou pagamentos de juros sobre capital próprio, caso estejam em mora relativamente ao cumprimento de quaisquer de suas obrigações pecuniárias ou não atendam aos índices financeiros estabelecidos. O descumprimento destas condições poderá implicar vencimento antecipado das debêntures.

Em 31.12.2015, todas as condições foram plenamente atendidas.

10 Patrimônio Líquido

10.1 Capital Social

O capital social integralizado, em 31.12.2015 monta a R\$ 20.865 (R\$ 7.268, em 31.12.2014), composto por 20.865.241 ações ordinárias pertencentes à Copel Geração e Transmissão S.A..

Em 12.11.2015, o controle acionário da Companhia foi transferido da Companhia Paranaense de Energia para a Copel Geração e Transmissão S.A..

11 Receita Operacional Líquida

	31.12.2015
Receita Bruta	19.614
(-) PIS/Pasep e Cofins	(716)
Receita Líquida	18.898

12 Custos e Despesas Operacionais

	Custos operacionais	Despesas gerais e administrativas	31.12.2015	Despesas gerais e administrativas	31.12.2014
Energia elétrica comprada para revenda	(20.046)	-	(20.046)	-	-
Encargos de uso da rede elétrica	(1.132)	-	(1.132)	-	-
Pessoal e administradores	-	(971)	(971)	-	-
Planos previdenciário e assistencial	-	(115)	(115)	-	-
Material	-	(6)	(6)	-	-
Serviços de terceiros	(90)	(207)	(297)	(51)	(51)
Depreciação e amortização	(1.457)	-	(1.457)	-	-
Arrendamentos e aluguéis (a)	(132)	-	(132)	(4)	(4)
Outros custos e despesas operacionais	-	(178)	(178)	(32)	(32)
	(22.857)	(1.477)	(24.334)	(87)	(87)

- a) A Companhia arrendou terrenos junto a terceiros - partes independentes. Até a entrada em operação a Companhia efetuou pagamentos pré-determinados. Após a entrada em operação passou a pagar o percentual de 1,5% sobre a receita bruta, deduzidos os impostos, taxas e contribuições.

13 Resultado Financeiro

	31.12.2015	31.12.2014
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	2.253	3.352
Outras receitas financeiras	94	-
	2.347	3.352
(-) Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	3.760	-
Tarifas bancárias	353	2
Outras despesas financeiras	46	91
	4.159	93
Líquido	(1.812)	3.259

14 Imposto de Renda e Contribuição Social

	31.12.2015	31.12.2014
Imposto de renda e contribuição social correntes		
Receitas com Venda de Energia	19.614	-
Receita financeira auferida sobre os valores resgatados	4.669	960
(-) IOF	(13)	(89)
Base de cálculo IRPJ 8%	6.225	871
Base de cálculo CSLL 12%	7.010	
Imposto de renda (15%) e contribuição social (9%) = 24%	1.565	209
Imposto de renda (10%) sobre lucros excedentes a R\$ 240 no período de 12 meses	600	95
Imposto de renda e contribuição social	2.165	304
Imposto de renda e contribuição social diferidos		
Receita financeira provisionada	16	2.392
Imposto de renda e contribuição social diferidos = 34%	5	813
Reversão de provisão de IRPJ e CS sobre a receita financeira	(813)	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(808)	813

15 Instrumentos Financeiros

15.1 Categorias e apuração do valor justo dos instrumentos financeiros

	NE nº	Nível	31.12.2015		31.12.2014	
			Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos Financeiros						
Valor justo por meio do resultado - mantido para negociação						
Caixa e equivalentes de caixa (a)	4	1	2.059	2.059	44.043	44.043
			2.059	2.059	44.043	44.043
Empréstimos e recebíveis						
Clientes (a)	5		2.867	2.867	-	-
			2.867	2.867	-	-
Total dos ativos financeiros			4.926	4.926	44.043	44.043
Passivos Financeiros						
Fornecedores (a)	8		14.992	14.992	372	372
Debêntures (b)	9		58.474	58.474	61.511	61.511
Total dos passivos financeiros			73.466	73.466	61.883	61.883

Nível 1: obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.

Apuração dos valores justos:

- Equivalente ao seu respectivo valor contábil, em razão de sua natureza e prazo de realização.
- Calculado conforme cotação do Preço Unitário - PU em 31.12.2015, obtido junto à Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais - Anbima.

15.2 Gerenciamento dos riscos financeiros

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política estabelecida, de forma a assegurar a boa gestão dos recursos e a proteção do seu patrimônio.

Os negócios da Companhia estão expostos aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

15.2.1 Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de incorrer em perdas decorrentes de uma contraparte em um instrumento financeiro, resultantes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

A Companhia administra o risco de crédito sobre Caixa e equivalentes de caixa considerando a política da Companhia em aplicar praticamente todos os recursos em instituições bancárias federais.

15.2.2 Risco de liquidez

O risco de liquidez da Companhia é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos, caixa ou outro ativo financeiro, para liquidar as obrigações nas datas previstas.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos, aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os investimentos são financiados por meio de dívidas junto a instituições financeiras e ao mercado de capitais.

A tabela a seguir demonstra valores esperados de liquidação, não descontados, em cada faixa de tempo. As projeções foram efetuadas com base em indicadores financeiros vinculados aos respectivos instrumentos financeiros, previstos nas medianas das expectativas de mercado do Relatório Focus, do Banco Central do Brasil, que fornece a expectativa média de analistas de mercado para tais indicadores para o ano corrente e para o ano seguinte. A partir de 2018, repetem-se os indicadores de 2017 até o horizonte da projeção, exceto o dólar, que acompanha a inflação.

	Juros	1 a 3 meses	3 meses a 1 ano	Passivo total
31.12.2015				
Debêntures	NE nº 9	-	67.678	67.678
Fornecedores	-	-	14.992	14.992
		-	82.670	82.670
31.12.2014				
Debêntures	NE nº 9	-	65.490	65.490
Fornecedores	-	335	37	372
		335	65.527	65.862

Conforme divulgado na NE nº 9.2, a Companhia tem debêntures com cláusulas contratuais restritivas (*covenants*) que podem exigir a antecipação do pagamento destas obrigações.

15.2.3 Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que o valor justo ou os fluxos de caixa futuros de instrumento financeiro oscilem devido a mudanças nos preços de mercado. O objetivo do gerenciamento desse risco é controlar as exposições, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

a) Risco de taxa de juros e variações monetárias

Risco de a Companhia incorrer em perdas, por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores, que diminuam as receitas financeiras ou aumentem as despesas financeiras relativas aos ativos e passivos captados no mercado.

Análise de sensibilidade do risco de taxa de juros e variações monetárias

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade com objetivo de mensurar o impacto de taxas de juros pós-fixadas e de variações monetárias sobre seus ativos e passivos financeiros expostos a tais riscos.

Para o cenário base, foram considerados os saldos existentes nas respectivas contas em 31.12.2015 e para o cenário provável considerou-se os saldos com a variação dos indicadores:

Ativos Financeiros: projeção de taxa CDI/Selic de 15,77% com base na taxa de referência de LTN, com vencimento em 1º.01.2017 divulgada pela Bovespa em 30.12.2015;

Passivos Financeiros: CDI/Selic de 14,26%, previsto na mediana das expectativas de mercado para 2016 do Relatório Focus do Bacen de 05.02.2016.

Para os cenários adverso e remoto, foi considerada uma deterioração de 25% e 50%, respectivamente, no fator de risco principal do instrumento financeiro em relação ao nível utilizado no cenário provável.

Risco de taxa de juros e variações monetárias	Risco	Base 31.12.2015	Cenários projetados - dez.2016		
			Provável	Adverso	Remoto
Ativos financeiros					
Equivalentes de caixa - aplicações financeiras	Baixa CDI/SELIC	2.050	325	244	162
		2.050	325	244	162
Passivos financeiros					
Debêntures	Alta CDI	(58.474)	(8.338)	(10.423)	(12.508)
		(58.474)	(8.338)	(10.423)	(12.508)

A Companhia avalia seus instrumentos financeiros considerando os possíveis efeitos no resultado e patrimônio líquido frente aos riscos avaliados pela Administração na data das demonstrações financeiras, conforme sugerido pelo CPC 40 e IFRS 7. Baseado na posição patrimonial e no valor nominal dos instrumentos financeiros em aberto em 31.12.2015, estima-se que esses efeitos seriam próximos aos valores mencionados na coluna de cenário projetado provável da tabela acima, uma vez que as premissas utilizadas pela Companhia são próximas às descritas anteriormente.

16 Provisões para Demandas Judiciais

Não há registros de demandas judiciais ou extrajudiciais.

17 Seguros

Apólice	Término da vigência	Importância segurada
Garantia de Pagamento - Extremoz (a)	16/11/2016	202
Seguro de Riscos Operacionais (b)	29/12/2016	93.199
Seguro de Responsabilidade Civil Geral (c)	29/12/2016	20.000

a) Garantia Financeira

Garante as obrigações de pagamento assumidas pela Companhia nos contratos de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT firmados com a Extremoz Transmissora do Nordeste – ETN S.A.

b) Riscos Operacionais

Apólice contratada tipo all risks (cobertura de todos os riscos legalmente seguráveis) para os equipamentos em operação no Parque Eólico.

c) Responsabilidade Civil

Cobertura às reparações por danos involuntários, corporais e/ou materiais e/ou morais causados a terceiros, em consequência das operações comerciais e/ou industriais da Companhia.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da

Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A.

Curitiba - PR

Examinamos as demonstrações financeiras da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos

da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras

Em nossa opinião as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, representando uma informação adicional às demonstrações financeiras mencionadas no primeiro parágrafo. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Curitiba, 30 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes

CRC SP-014428/O-6 F-PR

João Alberto Dias Panceri

Contador CRC PR-048555/O-2

**PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO
FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015**

Os membros do Conselho Fiscal da Nova Asa Branca II Energias Renováveis S.A., abaixo assinados, dentro de suas atribuições e responsabilidades legais, procederam ao exame das Demonstrações Financeiras e do Relatório Anual da Administração referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015 e, com base em análises efetuadas e esclarecimentos adicionais prestados pela Administração, considerando, ainda, o Relatório dos Auditores Independentes, KPMG Auditores Independentes, emitido sem ressalvas, concluíram que os documentos analisados, em todos os seus aspectos relevantes, estão adequadamente apresentados, motivo pelo qual opinam favoravelmente ao seu encaminhamento para deliberação da Assembleia Geral Ordinária.

Curitiba, 30 de março de 2016

Nilson Scheffler

Ana Clara Morrissy Johnsson

Artur Felipe Fischer Pessuti